

30 JAN 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## Uma em cada 80 mulheres denuncia agressão

28 mil boletins de ocorrência  
foram registrados no  
PR em 2012

**Curitiba** - Casos chocantes de violência contra a mulher chamaram a atenção dos paranaenses nas últimas semanas. Crimes como sequestro, estupro coletivo e tentativa tomaram conta das manchetes da imprensa estadual e nacional. O mais grave é que em muitos episódios a vítima já haviam denunciado o agressor.

Conforme dados de 13 das 16 Delegacias da Mulher existentes no Paraná, em 2012 foram registrados 28.104 boletins de ocorrência de violência contra mulheres. Levando em consideração a população feminina dos 13 municípios com informações levantadas (2.266.257, baseado no Censo de 2010), isto representa que uma em cada 80 moradoras destas cidades relatou um caso de agressão no ano passado. Em 2011, as delegacias especializadas registraram 30.651 BOs, confirmando uma redução de 8% de um ano para outro.

"Infelizmente o número de denúncias é pequeno. E ainda tem aqueles agressores que ficam sem pagar pelos crimes porque grande parte dos BOs nem sequer chegam a virar inquéritos. As vítimas acabam desistindo de levar os casos adiante. É necessária uma série de fatores para mudar este panorama: desde a conscientização

*Para MP,  
número de  
denúncias ainda  
é pequeno*

da população, a real punição dos criminosos e um melhor atendimento dos casos por parte das autoridades policiais", afirma o procurador de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional (Caop) dos Direitos Humanos do Ministério Público (MPPR), Olympio de Sá Sotto Maior.

Para ele, deve ocorrer uma "mudança de mentalidade" para que se consiga reduzir a quantidade de ocorrências. "Muitas mulheres ainda sofrem violência psicológica e sexual. Por isso é importante se ter uma ampla e qualificada estrutura para atender estes casos", destacou.

A assistente social da Organização Feminista Sempre Viva, Sônia Coelho, comenta que há poucas políticas públicas tanto para a prevenção da violência quanto para o acolhimento das vítimas. "Faltam políticas públicas e orçamento para os Estados e municípios aplicarem medi-

das contra a violência. E essas medidas precisam ser articuladas, desde ações educativas de prevenção até o atendimento médico, psicológico e social", destaca.

A assistente social aconselha as mulheres que necessitam fazer a acusação sobre algum caso de agressão a entrem em contato com a Central de Atendimento à Mulher pelo número 180, válido para todo o País. Neste número, segundo Sônia Coelho, a vítima relata o problema e é aconselhada sobre as entidades que pode procurar.

A maior quantidade de denúncias em 2012 foi registrada em Curitiba (9.435), seguida por Londrina (3.829) e Ponta Grossa (3.339). Em Londrina, de um ano para outro, a unidade especializada teve um crescimento de

12% no número de denúncias. Em 2011 foram 3.418 BOs registrados.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

"Verificamos que muitos dos registros se referem a uma mesma pessoa, por exemplo. Ela faz a denúncia, mas permanece na companhia do agressor, porque em muitos casos existe uma dependência emotiva. Várias vezes constatamos que a mulher era a provedora da casa, mas não deixava o companheiro que seguia cometendo as agressões", destaca a titular da Delegacia da Mulher de Londrina, Elaine Aparecida Ribeiro.

Conforme a delegada, a agressão contra a mulher é um tipo de crime que atinge todas as classes sociais. Entretanto, as vítimas da classe média e baixa são as que mais procuram auxílio. "A violência atinge mulheres de todas classes, é indiferente. O que muda é que parte delas procura a delegacia, e a outra resolve a questão de outra maneira", completa.

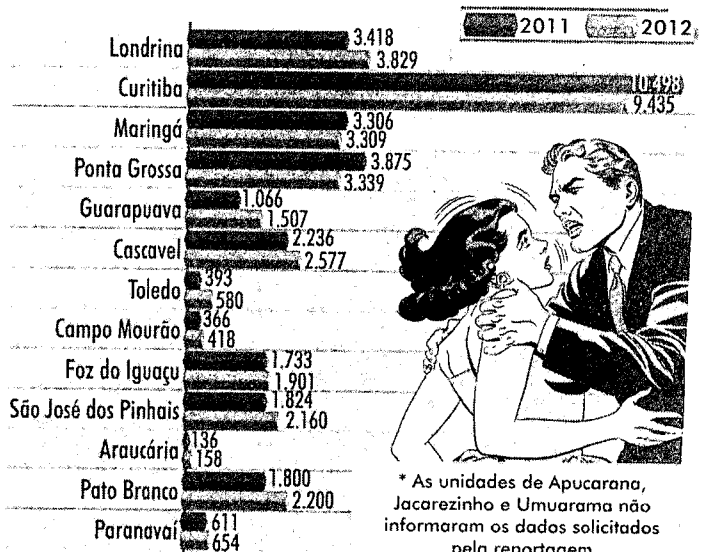
### Casos

Entre os casos de violência está o da jovem que teve parte do corpo queimado pelo ex-namorado em Londrina, no dia 5, mesmo depois de fazer um BO na delegacia. A jovem sobreviveu, mas teve que ser internada em um hospital da cidade. No último dia 19, um homem ateou fogo no carro onde estava a esposa, e abandonou o veículo na Estrada da Graciosa, na descida para o litoral. A mulher foi internada e acabou não resistindo aos ferimentos. Em outro caso, na semana passada, o ex-marido de uma enfermeira foi preso acusado de contratar três homens para agredir e estuprar a ex-mulher na capital, em novembro do ano passado. Já em Joaquim Távora (Norte Pioneiro), uma mulher de 27 anos foi feita refém por mais de 32 horas pelo ex-companheiro. O caso ocorreu em 10 de janeiro e o homem foi preso.

# 30 JAN 2013

## VIOLENCIA CONTRA A MULHER

**Boletins de Ocorrência (BOs) registrados unidades especializadas\***



CONTINUA

30 JAN 2013

## FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

### *Agressão está atrelada ao machismo*

Curitiba - Os perfis de agressor e agredida no quadro de violência contra a mulher são variados e não há uma uniformidade no comportamento de todos os casos. Esse é o panorama geral da violência, conforme a psicóloga Thayz Athayde. Porém, a especialista remete ao machismo, ligado a questões culturais e religiosas, o comportamento violento do homem e submisso da mulher.

Segundo a psicóloga, em geral as pessoas são criadas para acreditarem que a mulher precisa ser dependente do marido, em especial na questão financeira, o que leva a companheira a permanecer ao lado do marido, apesar das agressões. "Também existe a questão de a mulher acreditar que precisa permanecer casada com o agressor até o fim da vida por questão de costumes da população", afirma.

Ainda segundo Thayz, as influências dos costumes determinam ainda as atitudes machistas do homem de se impor à mulher, em especial no ambiente familiar. "O su-

jeito vai formando sua identidade com essas influências." Dentro da família, comenta Thayz, é comum a violência, principalmente quanto ao estupro, de mulheres abusadas por pais, tios, irmãos ou primos.

Outra questão levantada pela psicóloga refere-se à culpa pela agressão. Por causa dos costumes populares, a mulher, segundo a psicóloga, é apontada como responsável pela agressão ou se sente culpada pelo que ocorre. "Existe muito a influência de como a mulher deve se vestir e se comportar. Se ela age diferente disso e é, por exemplo, estuprada, a culpa acaba sendo da mulher e não do agressor", critica.

A psicóloga comenta que os números de violência no interior, que apresentaram crescimento entre 2011 e 2012, são reflexo da falta de campanhas nestes locais, o que deixa permanente a raiz machista da sociedade. "As campanhas param em Curitiba e nem chegam à região metropolitana."

30 JAN 2013

## FOLHA DE LONDRINA

# Carli Filho vai a júri popular em março

José Lazaro Jr.  
*Reportagem Local*

**Curitiba** - O ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho, que responde processo criminal por duplo homicídio doloso eventual, será levado a júri popular no próximo dia 26 de março. O julgamento acontece mais de três anos depois dele ter se envolvido num acidente de automóvel em que morreram os jovens Gilmar Yared e Carlos Murilo de Souza. Sobre o político pesa a suspeita de embriaguez e excesso de velocidade.

"Depois de uma batalha judicial, ele vai a júri e estamos prontos para este julgamento divisor de águas na justiça brasileira", declarou o advogado criminalista Elias Mattar Assad, que atua na acusação em nome da família Yared. A defesa de Carli Filho está a cargo do advogado criminalista René Ariel Dotti. A data do julgamento foi divulgada ontem pelo juiz Daniel Avelar. Na época, a morte dos dois rapazes ganhou repercussão nacional, pois o deputado estava com a carteira de habilitação suspensa.

30 JAN 2013

# FOLHA DE LONDRINA

JOSÉ CARLOS VIEIRA

## Condômino proibido de morar no próprio apartamento

Talvez pelo seu próprio pioneirismo, a decisão da décima câmara cível do Tribunal de Justiça do Paraná que condenou um condômino a se abster de residir em apartamento próprio em razão de seu comportamento antissocial vem causando espécie no meio jurídico. Os fatos ocorreram em Curitiba e dão conta que o condômino se utilizava de sua unidade habitacional para a prática de cárcere privado, estupro e redução à condição análoga à de escravo de candidatas a emprego de doméstica. As mulheres eram aliciadas por meio de anúncios em jornais e quando adentravam o apartamento tinham seus documentos retidos e passavam a se submeter forçadamente à prática de atos libidinosos, além de cárcere privado por semanas.

Durante a apuração dos fatos constatou-se que até mesmo a filha de um morador do mesmo condomínio havia sido molestada pelo condômino faltoso. Como as providências administrativas tomadas pelo síndico não surtiram efeito, o condomínio ingressou com ação judicial visando impedir que o proprietário do imóvel continuasse a residir no local e obteve ganho de causa no processo. Destaca-se de mais interessante no caso é o aparente entrelaçamento de direitos ensejado pelo caso concreto, à vista da verdadeira sacralização da propriedade pela sociedade brasileira, com reflexos óbvios na formulação de leis protetoras desse direito, a começar pela própria Constituição Federal.

Para se entender a decisão judicial é preciso cotejar-se a legislação invocada no julgado sob uma ótica sistemática, considerando-se que não há previsão expressa no Código Civil sobre a possibilidade de vedação ao uso do apartamento pelo titular do direito de propriedade, ainda quando este torna a convivência impossível aos demais moradores. O

que prevê a lei civil é a aplicação de multa de até o décuplo do valor da contribuição condominial em razão de práticas incompatíveis com a convivência social, mas não a proibição de residir no imóvel. A solução, tal como se vê do julgado, está na limitação que a própria Constituição Federal impõe ao exercício da propriedade, ao dizer no

artigo 5º, inciso XXIII que a mesma deverá atender ao interesse social, o que é repetido no artigo 1.228, parágrafo primeiro do Código Civil e no artigo 1.277 do mesmo diploma legal. É indubitoso que o comportamento antissocial narrado no processo judicial em questão configura violação ao uso social da propriedade, justificando a intervenção do Estado/juiz para impedir o abuso e o prejuízo aos demais condôminos. Note-se que o direito à propriedade, como todos os demais direitos, não é absoluto, ao contrário, tem de ser exercido dentro de balizas legais. Neste particular, lê-se do julgado:

**A decisão judicial não privou o condômino da propriedade sobre o apartamento, mas apenas restringiu o uso**

“Trata-se de ponderação a garantia fundamental da função social da propriedade e a garantia constitucional da moradia e repita-se, não se está retirando do autor, seu direito à propriedade, mas apenas mitigando um dos direitos inerentes à propriedade, qual seja o de usar/habitar o bem”.

De fato, a louvável e profilática decisão judicial não privou o condômino da propriedade sobre o apartamento, mas apenas restringiu o uso, o que é plenamente coerente com o preceito constitucional da função social da propriedade, que preconiza o seu exercício em prol de toda coletividade e não apenas no atendimento dos interesses egoísticos do proprietário. O precedente é de indiscutível relevância na disciplina do relacionamento entre moradores de condomínios e servirá de luz para decisões futuras sobre o tema.

**JOSÉ CARLOS VIEIRA**  
é advogado em Londrina

# FOLHA DE LONDRINA

## Acusações contra Lula devem seguir ao 1º grau

**Brasília** - O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afirmou ontem que enviará nos próximos dias à primeira instância do Ministério Público as informações prestadas pelo empresário mineiro Marcos Valério na tentativa de envolver diretamente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao esquema do mensalão.

30 JAN 2013

"Estou apenas concluindo a análise para que possa efetivamente verificar se não há qualquer pessoa com prerrogativa de foro envolvida e, em não havendo, como o ex-presidente já não detém essa prerrogativa de foro, a hipótese será de envio à procuradoria da República em primeiro grau", disse ao sair de sessão do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público).

Questionado se, ao enviar o caso para o primeiro grau, poderia fazer alguma orientação, ou apontar possíveis indícios contra Lula, Gurgel respondeu que não. "Não cabe, porque o procurador-geral da República já não detém atribuição para officiar nesses autos, então qualquer juízo que eu fizesse seria indevido e até uma interferência indébita na atuação do colega."

Assim que o caso for enviado, os procuradores da República que atuam na primeira instância farão uma avaliação preliminar sobre a necessidade de novas investigações. Se entenderem que o caso deve ser apurado, decidirão abrir uma investigação sobre a atuação do ex-presidente no caso do mensalão, que ocorreu nos dois primeiros anos de seu mandato (2003-2010). Se, por outro lado, avaliarem que as informações prestadas por Valério são fracas, poderão arquivar o caso diretamente.

30 JAN 2013

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Nova cúpula do Judiciário paranaense toma posse nesta sexta-feira

Clayton Coutinho de Camargo é o novo presidente eleito  
para o biênio 2013/2014



**Presidente**  
Desembargador Clayton  
Coutinho de Camargo



**1º vice-presidente**  
Desembargador  
Paulo Roberto Vasconcelos



**2º vice-presidente**  
Desembargadora Dulce  
Maria Sant'Eufemia Cecconi



**Corregedor geral**  
Desembargador Lauro  
Augusto Fabrício de Melo



**Corregedor da Justiça**  
Desembargador Eugênio  
Achille Grandinetti

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfourri Neto, transmite seu cargo ao desembargador Clayton Coutinho de Camargo, eleito presidente da Corte de Justiça para o biênio 2013/2014, na tarde desta sexta-feira (1º/2), em solenidade que começa às 17h, no 12º andar do prédio anexo do Palácio da Justiça, no Centro Cívico.

Também serão empossados os desembargadores Paulo Roberto Vasconcelos, Dulce Maria Sant'Eufêmia Cecconi, Lauro Augusto Fabrício de Melo e Eugênio Achille Grandinetti, eleitos 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, corregedor-geral da Justiça e corregedor da Justiça,

respectivamente.

O novo chefe do Judiciário, desembargador Clayton Coutinho de Camargo, chega à presidência do TJPR depois de 39 anos de carreira jurídica, sendo 21 dedicados ao Ministério Público do Paraná e 18 no Judiciário paranaense, ocupando uma vaga pelo Quinto Constitucional.

No Ministério Público Estadual, Clayton Coutinho de Camargo foi procurador de Justiça e integrou o Conselho Superior do Ministério Público. Já no Poder Judiciário, foi nomeado ao cargo de juiz do extinto Tribunal de Alçada e esteve à frente da presidência daquela Corte de fevereiro de 2002 a setembro de 2003.

# 30 JAN 2013

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### ISABEL COCHLAR

#### ASSASSINAMOS NOSSOS FILHOS

*Tragédia, além do luto, o final dos sonhos de 245 jovens que perderam suas vidas no incêndio da Boate Kiss, na madrugada de sábado, na cidade de Santa Maria. Desespero inominável de cada família, cada amigo, cada um de nós que sente, na perda de cada vítima, uma lesão maior à humanidade como um todo.*

*Indesculpável a ação dos seguranças em tentar barrar os garotos para que não saíssem sem pagar. Imperdoável a ausência de sinalização das saídas de emergência que condenaram vários a morrer intoxicados nos banheiros. Impossível adjetivar a conduta do(s) proprietário (s) que abriu o lugar sem o Alvará válido.*

*Mas, como em todos os episódios trágicos, desesperador, para nós pais de adolescentes é verificar a falha do poder público na fiscalização deste estabelecimento. A constatação de que não existe serviço público eficaz a prevenir tais tragédias, pela ausência de condições de segurança de tais locais e de fiscalização efetiva da permissão de funcionamento, nos leva a concluir que somos todos, por omissão, assassinos dos sonhos de nossos filhos.*

*Choraremos longamente a falta de cada um, nos solidarizaremos com cada família, mas, infelizmente, ainda assim, não aprenderemos a lição de exigir a prestação pública eficiente para evitar novas tragédias. Aguardaremos a prestação jurisdicional para a condenação dos culpados e a indenização pelos danos materiais e morais sofridos pelos familiares, inclusive contra o órgão público responsável, mas, como sempre, seremos sempre surpreendidos por fatos como esse pelo simples fato que não aprendemos a ser cidadãos exigentes de nossos direitos.*

*E assim, seremos sempre culpados por cada filho nosso perdido!*

*\*Isabel Cochlar, advogada [isabel@cochlar.com.br](mailto:isabel@cochlar.com.br) [www.cochlar.com.br/](http://www.cochlar.com.br/)*



30 JAN 2013

# GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

# Carli Filho será julgado em 26 de março

## Julgamento de Carli Filho será em março

O Tribunal de Justiça do Paraná marcou para o dia 26 de março o julgamento do ex-deputado Carli Filho. Ele irá ao Tribunal do Júri sob acusação de duplo homicídio com dolo eventual pelo acidente de trânsito que causou as mortes de Gilmar Yared e Carlos Murilo de Souza, em 2009.

Ex-deputado vai responder por duplo homicídio com dolo eventual no Tribunal do Júri. Ele é acusado por acidente de trânsito que causou duas mortes em 2009.

*Felipe Anibal/*

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) agendou para o dia 26 de março o julgamento do ex-deputado estadual Fernando Ribas Carli Filho. A designação da data é assinada pelo juiz Daniel Ribeiro Surdi de Avelar, da 2.ª Vara do Tribunal do Júri. Carli Filho é acusado de duplo homicídio com dolo eventual (quando o agente assume o risco de cometer o delito), pela morte de dois jovens em um acidente de trânsito ocorrido em 2009, no bairro Mossunguê, em Curitiba.

**“Havia aquela dúvida se o acusado iria ou não a júri popular. Agora, temos uma data. A gente fica feliz, porque é um ponto importante: a designação do julgamento.”**

Elias Matar Assad, advogado da família Yared.

## 20 ANOS

é a pena que Carli Filho pode pegar, com acréscimo de 50% por haver mais de uma vítima.

O agendamento do julgamento põe fim a um impasse: se Carli Filho seria julgado por homicídio culposo (como em um acidente de trânsito comum, com pena de até quatro anos de reclusão); ou levado a júri popular, respondendo por homicídio com dolo eventual. Neste caso, a pena pode chegar, em caso de condenação, a 20 anos de reclusão, com um acréscimo de 50% por haver mais de uma vítima.

Os advogados Gustavo Sancadelari e Roberto Brzezinski Neto, que integram a defesa do ex-deputado, disseram que até o fim da tarde de ontem não haviam sido notificados oficialmente da data do julgamento. Eles só devem se manifestar após serem comunicados da decisão.

Por outro lado, os defensores que representam a família de Gilmar Yared, uma das vítimas, comemoraram o agendamento do júri popular. O advogado Elias Matar Assad classificou a decisão como “uma vitória” e disse que o fato de o julgamento ter da-

ta marcada põe fim a uma angústia e pode ser considerado o primeiro passo para que se faça justiça no caso. “Havia aquela dúvida se o acusado iria ou não a júri popular. Agora, temos uma data. A gente fica feliz, porque é um ponto importante: a designação do julgamento”, avaliou. A pedido dos advogados, as famílias das vítimas não se manifestaram ontem.

### O caso

O acidente ocorreu no dia 7 de maio de 2009, no cruzamento das Ruas Monsenhor Ivo Zanlorenzi e Paulo Gorski. Laudo realizado pelo Instituto de Criminalística (IC) aponta que o Passat que Carli Filho dirigia trafegava a uma velocidade entre 161 e 173 quilômetros por hora (entre 168% e 188% maior que a regulamentada para a via). A perícia afirma que o carro do ex-deputado decolou, atingindo a quase um metro do chão o Honda Fit onde estavam as vítimas, Gilmar Rafael Souza Yared, que tinha 26 anos, e Carlos Murilo de Souza, de 20. Os dois morreram na hora.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

30 JAN 2013

## CONTINUAÇÃO

As investigações apontaram que Carli Filho dirigia em estado de embriaguez e estava ao volante mesmo com a carteira de habilitação suspensa pelo Departamento de Trânsito do Paraná por causa de diversas multas, inclusive por excesso de velocidade. Os laudos e as perícias embasaram parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR), que opinou que o ex-deputado deve responder por duplo homicídio qualificado, com dolo eventual.

## LEGISLAÇÃO

### Norma mais rígida para a Lei Seca começa a valer

A tolerância zero no trânsito em relação ao consumo de bebidas alcoólicas agora é para valer. O motorista que for aprehendido com qualquer concentração de álcool no organismo, mesmo causada por um simples bombom de licor, será autuado por infração gravíssima. Se o teor alcoólico estiver acima de 0,34 miligramas por litro de ar (ou seis decigramas por litro de sangue), o equivalente a seis latíngas de cerveja ou três doses de uísque, em média, além das penas administrativas, o motorista responderá a processo criminal, podendo pegar de seis meses a três anos de prisão, mais pagamento de multa e cassação da carteira de habilitação. As medidas estão previstas na Resolução 432 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), publicada ontem no Diário Oficial da União, e serão aplicadas imediatamente pelos agentes de trânsito nas blitzes de todo o país, inclusive no próximo carnaval.

A norma acaba com a margem de tolerância de um décimo de miligrama (0,10) de álcool por litro de ar, quando o condutor assoprava o bafômetro, e de no máximo duas decigramas por litro de sangue, no caso de exames. A Lei Seca (12.760/2012) impôs ao Contran determinar a nova margem de tolerância, definida agora pela Resolução 432. A penalidade após autuação fixa multa de R\$ 1.915,30, recolhimento da habilitação, suspensão do direito de dirigir por 12 meses, além da retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado. Em reincidência, dentro de um ano, o valor da multa será duplicado.

30 JAN 2013

## GAZETA DO POVO

### DECISÃO

#### **CNJ determina afastamento de Beatriz Abagge do TJ-PR**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou ontem que Beatriz Cordeiro Abagge seja afastada do cargo de terapeuta ocupacional que ocupa no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). A servidora é concursada da prefeitura de Guaratuba, mas estava cedida a um juizado especial, onde atendia presos que cumprem penas alternativas. Com a decisão, ela deve retornar ao seu cargo de origem, no litoral do estado. Beatriz é condenada em segunda instância pela morte do menino Evandro Ramos Caetano, ocorrida em 1992, em Guaratuba, em um suposto ritual de magia negra. Ela recorreu da decisão.

30 JAN 2013

# GAZETA DO POVO

## JULGAMENTO

### Testemunhas confirmam ação de PMs na morte da juíza Patrícia Acioli

■ Pelo menos seis testemunhas foram ouvidas ontem no primeiro dia de julgamento dos policiais militares Júnior Cezar de Medeiros, Jefferson de Araújo Miranda e Jovanis Falcão – acusados de assassinar a tiros a juíza Patrícia Acioli em agosto de 2011, em Niterói. A principal testemunha foi a advogada Ana Claudia Abreu Lourenço. Ela relatou que avisou aos réus, pouco antes do crime, que a juíza havia decretado a prisão dos três. Lourenço também contou que incentivou Jefferson a fazer a delação premiada. “Alguém, no meio do caminho, o fez voltar atrás da verdade”, concluiu.

## NOTA POLÍTICA

### Lula na 1.ª instância

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afirmou ontem que enviará nos próximos dias à primeira instância do Ministério Público as informações prestadas pelo empresário mineiro Marcos Valério na tentativa de envolver diretamente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no esquema do mensalão. “Estou apenas concluindo a análise para que possa efetivamente verificar se não há qualquer pessoa com prerrogativa de foro envolvida e, em não havendo, como o ex-presidente já não detém essa prerrogativa de foro, a hipótese será de envio à procuradoria da República em primeiro grau”, disse. Questionado se, ao enviar o caso para o primeiro grau, poderia fazer alguma orientação, ou apontar possíveis indícios contra Lula, Gurgel respondeu que não. Assim que o caso for enviado, os procuradores da República que atuam na primeira instância farão uma avaliação preliminar sobre a necessidade de novas investigações.

### 200 mil vidas

**O** Sinditabaco e a Anvisa estão em guerra. De um lado, fica o lucro de uma indústria poderosa — de outro, a saúde de 25 milhões de brasileiros fumantes. Os dois capítulos mais recentes ainda estão em trâmite na Justiça. Em um dos casos, o governo sofreu uma derrota parcial que pode sair cara. Se perder a outra ação, a Anvisa ficará manca para sempre: perderá o poder de atuar contra a indústria do cigarro. O que está em jogo é uma estatística de 200 mil mortes por ano.

O caso começou há tempos, quando a Anvisa abriu uma consulta pública para decidir se proibiria ou não o uso de aditivos em cigarros nacionais. Instituições internacionais comprovaram que o açúcar adicionado ao tabaco, por exemplo, causa males graves quando queimado. Os aditivos, nos dizeres do pessoal da Anvisa, “são substâncias adicionadas intencionalmente nos produtos derivados do tabaco para mascarar o gosto ruim da nicotina, disfarçar o cheiro desagradável, reduzir a porção visível da fumaça e diminuir a irritabilidade da fumaça para os não fumantes”. Ou seja: é a estratégia para conseguir que cada vez mais jovens passem a fumar.

O lobby do tabaco fez de tudo para impedir que a consulta pública resultasse em proibição. Para atrasar os procedimentos, enviou mais de 130 mil correspondências para que os técnicos da Anvisa tivessem de abrir uma a uma. Pura protelação, para ganhar alguns meses antes que viesse o inevitável. A agência diz que muitas cartas eram vazias, ou tinham argumentos repetidos. Segundo o relatório final, apenas 28 correspondências apresentavam contribuições válidas. O resto era enrolação.

Ao fim, a resolução foi editada e passa a valer em setembro próximo. Mas, claro, o Sinditabaco não se deu por vencido. E conseguiu na Justiça Federal de Brasília uma liminar que suspende os efeitos do que a Anvisa determinou. Um dos argumentos? A clara oposição da população brasileira: veja

bem, foram 130 mil cartas contrariando a hipótese de banir os aditivos, dizem os advogados do tabaco... Além disso, os doutores querem convencer a Justiça de que não há provas de que os aditivos façam tão mal assim. O juiz Alaôr Piacini acatou temporariamente os argumentos. A Advocacia-Geral da União está recorrendo.

A outra ação tem pretensões maiores: quer cortar a Anvisa pela raiz. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) entrou no Supremo Tribunal Federal para declarar inconstitucional um trecho da lei que criou a agência. Exatamente o trecho que dá poderes de proibir que a indústria do cigarro cause “risco iminente à saúde” dos cidadãos. A CNI, que tem o Sinditabaco como filiado, diz ao STF que a Anvisa está “numa cruzada de proibições de substâncias e produtos ao arrepio da Constituição e do Congresso Nacional”.

Um dos argumentos típicos da indústria do cigarro entrou em jogo. Se proibirem os aditivos aqui, os brasileiros comprarão cigarros contrabandeados. É o mesmo que se diz quando falam em aumentar impostos sobre o produto nacional. Ao invés de querer que o Brasil fortaleça a fronteira contra o contrabando, a indústria quer que a ela tudo seja permitido. O caso está com a ministra Rosa Weber. Vejamos o que diz o STF sobre o assunto.

30 JAN 2013

# GAZETA DO POVO

LENISE GARCIA

## Existe “aborto seguro”?

O Movimento Nacional da Cidadania pela Vida — Brasil sem Aborto divulgou no dia 28 de janeiro uma nota com a forte denúncia de que o Ministério da Saúde imprimiu um folheto com instruções para o uso do Misoprostol, mais conhecido como Cytotec, atualmente um dos modos mais usados para o aborto clandestino no Brasil. Essa publicação certamente faz parte de uma política à qual chamam de “redução de danos”, conseguindo que o aborto clandestino seja “seguro”.

O argumento do governo é de que o “aborto inseguro” seria uma questão de saúde pública. Na linha desse pensamento, criou-se, com financiamento público, o chamado Grupo de Estudos sobre o Aborto (GEA), que tem realizado eventos e publicações no Brasil.

O GEA está vinculado ao Consórcio Latino-Americano Contra o Aborto Inseguro (Clacai), que realizou em agosto de 2012 a sua terceira conferência, na Colômbia, com diversos representantes do Brasil.

Além do financiamento público, o consórcio também é financiado por instituições internacionais que buscam a descriminalização do aborto na América Latina, com foco na alegada “saúde reprodutiva da mulher”. Na verdade, tais entidades focam o controle populacional, vendo no aborto um modo de reduzir a população mundial. Citam-se, por exemplo, a Ford Foundation, o Grupo de Información en Reproducción Elegida (Gire), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o Population Council e a Marie Stopes International — esta última oferecia em setembro passado, em seu site, aborto por apenas 299 euros para mulheres da Irlanda do Norte (onde o aborto é restrito) que quisessem viajar para fazer o aborto na Inglaterra. O site oferece também informações em diversas línguas, incluindo o português, dando instruções sobre como viajar ao exterior para fazer aborto, bem como os preços cobrados.

Lenise Garcia, professora do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília (UnB), é presidente do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida — Brasil sem Aborto.

Fica evidente a orquestração internacional para interferir na legislação e na prática do aborto no Brasil, em contraste com a opinião do nosso povo e as leis em vigor. Essa orquestração não exclui claros interesses financeiros.

Em relação ao “aborto seguro”, o primeiro e mais evidente é que, para o ser humano que está sendo abortado, essa nunca será uma prática segura. Diz o Ministério da Saúde que acontecem no Brasil entre 1 milhão e 1,5 milhão de abortos por ano. Escapa-me como pode ser feita essa estatística, tratando-se de prática clandestina, mas tomemos a afirmativa como verdadeira. Uma prática que ceifa 1,5 milhão de vidas por ano é, certamente, grande problema de saúde pública. Nenhuma doença tem números tão altos. No Brasil e no mundo, o aborto é hoje a maior *causa mortis*. Não entra nas estatísticas, já que a criança não nascida não é registrada, não tem nome nem atestado de óbito, mas a falta de registro não muda o fato de que ela viveu — por maior ou menor tempo — e morreu, deixando uma história gravada na memória de seus pais e de outras pessoas. Essas existências truncadas trazem grande ônus social, ao qual pouca atenção se presta.

Quanto ao número de mortes maternas devido ao aborto, com frequência apresentam-se à opinião pública números inflacionados. Segundo números indicados pelo Datasus para 2010, os óbitos de mulheres em idade fértil — por todas as causas — somam 66.323. Destes, os devidos a gravidez, parto ou aborto foram 1.162. Restringindo-nos apenas a aborto, temos 83 mortes. Embora cada morte importe, este certamente não é um número que justifique mudanças na legislação ou mesmo políticas de “redução de danos” que na verdade tornam o governo cúmplice do crime do aborto.

Em síntese, se o aborto é o problema, o aborto não pode ser a solução.

30 JAN 2013

# GAZETA DO POVO

» DEPENDÊNCIA QUÍMICA

## Ações de plano contra o crack ainda são tímidas

Em Curitiba, dos dez centros previstos para o atendimento 24 horas a dependentes químicos, apenas um está em funcionamento

*Diego Antonelli*

Seis meses após a adesão formal ao programa federal “Crack, é possível vencer”, o Paraná não conseguiu colocar em prática as ações estipuladas pelo projeto. A rede de atuação só deve se estender ao interior do estado a partir de junho. Em Curitiba, para onde foram repassados R\$ 294 mil do Ministério da Saúde, as metas seguem em ritmo lento. Dos seis Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps-AD) III, que funcionam 24 horas, apenas um saiu do papel. Nenhum novo consultório de rua foi implantado e os novos leitos em hospitais gerais seguem na promessa.

Até 2014, o estado deve ser beneficiado com R\$ 102,2 milhões. Com esse montante serão criados 828 leitos para atendimento de usuários

de drogas. “Todos os estados que assinam o termo começam as ações pela capital e depois expandem para o interior. Isso porque são ações de diferentes áreas que estão envolvidas no programa”, afirma a coordenadora do Comitê Intersecretarial de Saúde Mental do governo do Paraná, Larissa Yamaguchi.

O plano de combate ao crack prevê um trabalho conjunto entre os governos federal, estaduais e municipais nas áreas da saúde, segurança pública, defesa de fronteiras e assistência social. “Oito das 22 Regionais de Saúde já pactuaram para dar início às ações”, afirma Larissa. Segundo ela, o atendimento deverá ser regionalizado, já que os Caps-AD 24 horas só podem ser construídos em cidades com mais de 200 mil habitantes.

### Cenário nacional

Não é só no Paraná que o programa apresenta dificuldades. Lançado em dezembro de 2011, o plano terminou o ano passado tendo feito parceria com 13 estados e o Distrito Federal. Mas o governo federal conseguiu investir até o momento somente um quarto do previsto até 2014. Somando recursos dos ministérios da Saúde, Desenvolvimento So-

cial e Justiça, o investimento chega a R\$ 1 bilhão — sendo que a previsão até o fim da gestão é aplicar R\$ 4 bilhões.

A maior parte dos recursos é destinada à pasta da Saúde (R\$ 2 bilhões). Até o fim do ano passado o Ministério gastou R\$ 840 milhões. Já o Fundo Nacional Antidrogas, ligado ao Ministério da Justiça, investiu 22% (R\$ 69,5 milhões) do total autorizado no ano passado, R\$ 314,2 milhões. O Ministério do Desenvolvimento Social aplicou R\$ 14,3 milhões.

**CONTINUA**

# 30 JAN 2013

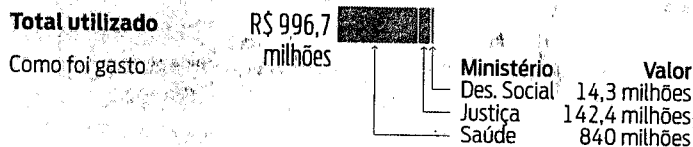
## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

#### É POSSÍVEL VENCER?

Lançado em dezembro de 2011, o programa federal de combate ao crack aplicou menos de um quarto do estipulado até 2014.

**Estipulado até 2014** R\$ 4 bilhões



#### Fundo sem investimento

O Fundo Nacional Antidrogas, ligado ao Ministério da Justiça, gastou apenas 22% do que havia sido autorizado em 2012.

**Autorizado** R\$ 314 milhões

**Gasto** R\$ 70 milhões\*

\*Incluído no valor total destinado ao Ministério da Justiça.

#### Previsões para o Paraná até 2014

Até 2014, o estado deve ser beneficiado com R\$ 102,2 milhões, oriundos do governo federal. Está prevista a criação de 828 leitos para atendimento aos usuários de drogas. Confira como as vagas seriam viáveis:

- Abertura de 83 leitos em enfermarias especializadas
- Construção de 10 CAPS-AD 24 horas
- Construção de 10 unidades de acolhimento (nove destinadas ao público adulto e uma ao Infantil)
- Parceria com Comunidades Terapêuticas para abertura de 500 vagas nesses espaços.
- Criação de quatro consultórios de rua

**Fonte:** Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social e da Justiça e Siga Brasil.  
**Infografia:** Gazeta do Povo.

#### DESAFIOS

#### Curitiba precisaria de pelo menos mais quatro Caps Álcool e Drogas

O diretor do Centro de Assistência à Saúde da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, Marcelo Kimati, afirma que um dos principais desafios é estruturar a rede para cumprir o projeto. "Dos quatro consultórios de rua previstos, temos um que é anterior ao programa e funciona um dia por semana. Ele teria de atender pelo menos três dias na semana".

Atualmente, Curitiba possui somente um Caps-AD III, que atende crianças e adolescentes dependentes químicos, e outros cinco centros destinados ao tratamento de usuários de álcool e drogas. "Nós temos um déficit de pelo menos quatro Caps-AD", revela. Ele pretende abrir nos próximos seis meses 30 leitos para dependentes em hospitais gerais. "Outro projeto é transformar dois Caps-AD II em atendimento 24 horas, os chamados CAPS III".

### CONTINUA



# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### Ponta Grossa terá 1.<sup>a</sup> unidade de acolhimento

■ O estado do Paraná possui hoje 24 Caps-AD II, que funcionam apenas durante o dia. Isso pelo fato de este modelo ser permitido apenas a cidades com mais de 70 mil habitantes. Segundo a coordenadora do Comitê Intersecretarial de Saúde Mental do governo do Paraná, Larissa Yamaguchi, o estado conta com 40 Caps I, que também atendem dependentes químicos em localidades nas quais não é permitido ter Caps-AD.

Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba; Cascavel, no Oeste; e Paranavaí, no Norte, seriam os primeiros municípios do estado a ter as Casas de Acolhimento Transitório (CAT) para abrigar dependentes. A divulgação das cidades ocorreu em 2011, porém só a CAT de Paranavaí ficou pronta e está funcionando. "Agora o governo federal 'substituiu' a CAT pelas unidades de acolhimento. Ponta Grossa deverá ser a primeira cidade do estado a ter uma unidade até o meio do ano", informa Larissa.

A mudança de casa para unidade de acolhimento foi feita para garantir um cuidado integral ao dependente, segundo o governo federal. A unidade de acolhimento pode abrigar crianças e adolescentes ou adultos e deve ser referência para municípios ou regiões com população superior a 200 mil pessoas. Os pacientes podem ficar até seis meses nas unidades, para manter a estabilidade clínica, o controle da abstinência e redução das situações de vulnerabilidade social e familiar.

# 30 JAN 2013

# 128

Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps-AD) já existentes no país deveriam passar a oferecer atendimento 24 horas até o fim de 2012. Até o momento, porém, apenas 37 conseguiram funcionar de forma ininterrupta. O governo também pretendia criar 2.460 leitos em enfermarias especializadas e readequar 1.140 já existentes. Segundo o Ministério da Saúde foram abertas até o momento 124 vagas em enfermarias especializadas.

Psiquiatra e especialista em tratamento de dependentes químicos, Dagoberto Requião considera que o atraso é reflexo da falta de programação do governo federal. "Não adianta formar um projeto se não há especialistas que saibam trabalhar na área. É preciso treinamento para atender dependentes químicos e poucos profissionais aceitam trabalhar na área", diz.

30 JAN 2013

## JORNAL DO ESTADO

### Posse

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfoury Neto, transmite seu cargo ao desembargador Clayton Coutinho de Camargo, eleito presidente da Corte de Justiça para o biênio 2013/2014, na tarde de sexta-feira. Também serão empossados os desembargadores Paulo Roberto Vasconcelos, Dulce Maria Sant'Eufêmia Cecconi, Lauro Augusto Fabrício de Melo e Eugênio Achille Grandinetti, eleitos 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, corregedor-geral da Justiça e corregedor da Justiça, respectivamente.

30 JAN 2013

# JORNAL DO ESTADO

# CARLI FILHO

# VAI A JÚRI

## popular no dia

## 26 de março

Anúncio foi feito, ontem, pelo juiz Daniel Ribeiro Surdi de Avelar, da 2ª Vara do Júri de Curitiba

O ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho irá a júri popular no dia 26 de março. A data foi marcada pelo Juiz de Direito da 2ª Vara do Júri de Curitiba, Daniel Ribeiro Surdi de Avelar, ontem. Carli Filho responde por duplo homicídio doloso eventual pelas mortes de dois jovens em um acidente de trânsito no dia 7 de maio de 2009. O julgamento está marcado para ter início às 9h30.

“Depois de uma batalha judicial, ele vai a júri e estamos prontos para este julgamento divisor de águas na justiça brasileira”, declarou o advogado criminalista Elias Mattar Assad, que atua na acusação em nome da família de uma das vítimas, Gilmar Rafael Souza Yared. A defesa do acusado está a cargo do advogado criminalista René Ariel Dotti.

As acusações contra Carli Filho apontam que ele estaria dirigindo embriagado, em alta velocidade e com sua CNH suspensa. No acidente, que aconteceu no cruzamento da Avenida Ivo Zanlorenzi com a Rua Paulo Gorski no início da madrugada do dia 7 de maio, morreram Gilmar Yared, na época com 26 anos, e Carlos Murilo de Souza (20).

No mesmo ano, Carli Filho renunciou ao seu mandato na Assembleia Legislativa, que iniciava uma sindicância que poderia culminar na cassação do parlamentar.

### EM ALTA

A Justiça determinou que ocorra em 26 de março de 2013 **O JULGAMENTO DO EX-DEPUTADO ESTADUAL LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI FILHO**, acusado de provocar a morte de dois jovens em um acidente de trânsito, em Curitiba. Ele vai responder por duplo homicídio com dolo eventual.

# JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA

## Barbosa cobra demissão de fichas-sujas dos tribunais

30 JAN 2013

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Joaquim Barbosa, decidiu cobrar de tribunais de todo o País que informem as providências adotadas para cumprir uma resolução do órgão que proibiu condenados de ocuparem cargos de confiança, comissionados e terceirizados no Judiciário. A norma veda os chamados fichas sujas na Justiça.

O prazo dado pelo CNJ para que os tribunais fizessem o recadastramento dos ocupantes dos cargos terminou na segunda-feira. As demissões deveriam ser feitas até 9 de fevereiro. Mas 19 tribunais, entre os quais o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Superior Tribunal Militar (STM), não prestaram informações.

“Existe um número expressivo de tribunais como o TSE e o STJ que ainda não informaram. Não dá para dizer que não começaram, mas não temos informações. Num universo de quase cem tribunais, são 96 em todo o País, é um número bem inexpressivo, por isso devemos continuar a cobrar”, afirmou o conselheiro Bruno Dantas. “Alguns tribunais apontaram algumas dificuldades técnicas no recadastramento e o ministro Joaquim Barbosa concedeu prazos adicionais para alguns poucos tribunais”, acrescentou. De acordo com Bruno Dantas, se mesmo com o prazo adicional os tribunais não prestarem as informações, um procedimento poderá ser aberto para apurar quem são os responsáveis pela omissão. O resultado poderá ser a exoneração de funcionários e a abertura de processos contra os presidentes dos tribunais.

30 JAN 2013

## JORNAL DO ESTADO

### Estado cria Coordenação das Delegacias da Mulher

O governador Beto Richa autorizou a criação da Coordenação das Delegacias da Mulher na estrutura organizacional da Polícia Civil do Paraná. A Codem irá melhorar o atendimento aos cidadãos e as condições de trabalho dos profissionais, além de padronizar os procedimentos técnicos e operacionais no Estado.

De acordo com o delegado-geral da Polícia Civil no Paraná, Marcus Vinícius da Costa Michelotto, a Codem é um grande avanço na área de proteção à mulher. “Haverá uma coordenação única, que irá estabelecer padrões de ações, treinamentos e qualificação de todos que atuam nesta área, no Estado”, afirmou.

Agora, a Polícia Civil designará um delegado que será responsável por coordenar o grupo. Atualmente, o Estado conta com 16 delegacias especializadas para atender a mulher vítima de crimes.

Segundo a delegada titular da Delegacia da Mulher de Curitiba, Maritza Haisi, a Codem fará a ponte entre as unidades da Delegacia da Mulher, o Departamento da Polícia Civil e a Secretaria da Segurança Pública. “A Coordenação ficará responsável por determinar critérios para a instalação de novas delegacias especializadas no atendimento a mulheres no Estado”, afirma a delegada. A Codem também irá fortalecer e estreitar as relações com o Poder Judiciário e com o Ministério Público, para uma atuação conjunta que possa coibir e agir na punição deste tipo de crime.

30 JAN 2013

METRO

## Carli Filho vai a júri popular em março

Ex-deputado é acusado de provocar a morte de dois jovens em acidente ocorrido em 2009, em Curitiba

# Carli Filho vai a júri popular em março

**Julgamento.** Ex-deputado estadual é acusado de provocar um acidente de trânsito que terminou com a morte de dois jovens, em 2009. Ele responde o processo em liberdade

O ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho vai a júri popular no dia 26 de março, no Tribunal do Júri, em Curitiba. A decisão é do juiz Daniel Surdi de Avelar e foi divulgada ontem pelo advogado de uma das vítimas do acidente, Elias Matar Assad.

De acordo com ele, Carli Filho vai responder por duplo homicídio com dolo eventual. "A pena varia de 6 a 20 anos de prisão com a possibilidade de ter um aumento de até 50% por ter mais uma vítima", explicou.

Segundo o despacho, acusação e defesa poderão pedir até dez testemunhas no julgamento, cinco para cada parte.

Carli Filho responde o processo em liberdade. O **Metro** tentou contato com o ad-

vogado dele, mas ninguém atendeu às ligações até o início da noite de ontem.

### O caso

Carli Filho é acusado de provocar a morte de Gilmar Yared, de 26 anos, e Carlos Murilo de Almeida, de 20 anos, em acidente de trânsito em 2009, no Mossunguê. Segundo as investigações, ele dirigia a mais de 170 km/h, embriagado e com a carteira de habilitação suspensa.

O processo se arrasta por mais de três anos. Nesse período foi instaurado o inquérito policial, a Segunda Vara do Júri moveu uma ação penal e a Justiça chegou a determinar que o ex-deputado fosse a júri popular. Mas a defesa dele



Carli Filho renunciou ao cargo depois do acidente | MARCELO ELIAS/AGP

recorreu da decisão. No ano passado, o Tribunal do Paraná manteve o julgamento e o caso foi parar nos Tribunais de Brasília. Agora, a decisão foi confirmada.

"Nós entendemos que os prazos estão dentro do razoável, considerando que na Justiça Brasileira as coisas são demoradas. Ficamos felizes em

saber que o julgamento está próximo", avalia Assad.

Hoje, às 10h, o advogado vai apresentar para a imprensa quais serão os argumentos da acusação para o julgamento e que provas serão usadas.



LINA HAMDAR  
METRO CURITIBA

30 JAN 2013

## METRO

### **Caso Accioli. Começa o juri para três PM's no RJ**

Começou ontem, no 3º Tribunal do Júri do Fórum de Niterói, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o segundo julgamento de três dos 11 policiais militares acusados de participarem do assassinato da juíza Patrícia Accioli, em agosto de 2011. O julgamento deverá durar três dias. Junior Cezar de Medeiros, Jefferson de Araújo Miranda e Jovanis Falcão sentaram no banco dos réus. Ele responde por homicídio triplamente qualificado

### **Delegacias da Mulher terão coordenação**

O governador Beto Richa autorizou ontem a criação da Coordenação das Delegacias da Mulher (Codem) na estrutura da Polícia Civil para melhorar o atendimento e padronizar procedimentos técnicos e operacionais.

O delegado ainda será designado. "Haverá uma coordenação única, que irá estabelecer padrões de ações, treinamentos e qualificação de todos que atuam nesta área no Estado", afirmou o delegado-geral da Polícia Civil Marcus Vinícius Michelotto.

O Paraná tem 16 delegacias especializadas para atender a mulher vítima de crimes.

JORNAL DO ÔNIBUS

**Caso Carli Filho**

30 JAN 2013

# A hora da verdade



A Justiça determinou que o ex-deputado Carli Filho vá a júri popular no próximo dia 26 de março. Ele responde por homicídio com dolo eventual, na morte de dois jovens e pode pegar até 30 anos.



30 JAN 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

# Carli Filho vai a julgamento popular

**Ex-político paranaense pode pegar até 20 anos por duplo homicídio com dolo eventual**

A Justiça determinou que ocorra em 26 de março de 2013 o julgamento do ex-deputado estadual do Paraná Luiz Fernando Ribas Carli Filho, acusado de provocar a morte de dois jovens em um acidente de trânsito, em Curitiba. Ele vai responder por duplo homicídio com dolo eventual e, se for condenado, pode pegar até vinte anos de prisão, com possibilidade de aumento de até 50% da pena por ter havido mais de uma vítima.

O ex-deputado é responsabilizado pelo acidente que matou Gilmar Yared, de 26 anos, e Carlos Murilo de Almeida, de 20, em 2009. Ele ficou gravemente ferido e chegou a ser transferido para o Hospital Albert Einstein, em São Paulo. Segundo exame etílico, o ex-deputado estava embriagado e também em alta velocidade.

O laudo do Instituto de Criminalística apontou que ele dirigia a uma velocidade entre 161 e 173 km/h. O acidente comoveu toda a cidade. A família de uma das vítimas fundou o Instituto Paz no Trânsito (IP-TRAN) que tem como objetivo apoiar as famílias de vítimas de acidentes de trânsito.

A defesa de Carli Filho tentou evitar o júri popular recorrendo ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça. O objetivo era fazer com que o Carli Filho respondesse por homicídio culposo e não doloso. Desta forma, em caso de condenação, a pena seria menor.

30 JAN 2013

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Tomoeleiras eletrônicas vão reduzir custo com preso em 70%

Com novo sistema, o custo do preso será de R\$ 539,58 por mês

O uso de tornozeleiras eletrônicas vai reduzir em 70% o custo do Estado com presos sob a responsabilidade do Departamento de Execução Penal do Paraná (Depen/PR). O governador Beto Richa autorizou a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos a licitar serviços tecnológicos para monitoramento eletrônico de mil presos.

Atualmente, o custo com cada preso é de pouco mais de R\$ 1.800,00 por mês. Com o novo sistema, o custo será de R\$ 539,58 por mês. O valor máximo previsto na licitação é de R\$ 25,9 milhões



Divulgação

para 48 meses de contrato. Ou seja, R\$ 6,47 milhões por ano, o que significa R\$ 539.583,00 por mês para monitorar mil presos.

O valor de R\$ 539,58 por preso pode ser ainda menor, pois o valor final da licitação deve ser inferior ao preço máximo em razão da concorrência que será estabelecida entre as empresas prestadoras deste tipo de serviço. A expectativa é que a implantação de tornozeleiras eletrônicas comece ainda no primeiro semestre, para presos residentes em Curitiba e região metropolitana.

Modelo de tornozeleira eletrônica à disposição no mercado brasileiro

## Criada Coordenação das Delegacias da Mulher no estado

O governador Beto Richa autorizou a criação da Coordenação das Delegacias da Mulher na estrutura organizacional da Polícia Civil do Paraná. A Codem

irá melhorar o atendimento aos cidadãos e as condições de trabalho dos profissionais, além de padronizar os procedimentos técnicos e operacionais no Estado.

De acordo com o delegado-geral da Polícia Civil no Paraná, Marcus Vinícius da Costa Michelotto, a Codem é um grande avanço na área de proteção à mulher.

## NOTA POLÍTICA

### Prefeito afastado

O vice-prefeito de Sarandi, no norte do Paraná, Luiz Aguiar (PPS), tomou posse na segunda-feira (28) em uma cerimônia na Câmara de Vereadores, após a Justiça afastar o prefeito Carlos Alberto de Paulo Júnior do cargo. A mudança foi determinada pelo Tribunal da Justiça do Paraná (TJ-PR). O prefeito afastado entrou com um recurso na Justiça para tentar voltar ao cargo e, por meio de nota, negou qualquer irregularidade na administração.

30 JAN 2013

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Justiça

Depois de quase três anos, ex-deputado senta no banco dos réus pelo acidente que matou dois jovens no Mossunguê

# Carli Filho

# vai a júri

# popular

O ex-deputado Fernando Ribas Carli Filho será julgado dia 26 de março, na 2.ª Vara do Tribunal do Júri, em Curitiba. Ele é acusado de duplo homicídio qualificado com dolo eventual (quando a pessoa assume o risco de matar), pela morte dos jovens Rafael Souza Yared e Carlos Murilo de Souza, 26 e 20 anos, num acidente de trânsito em 2009. Bêbado e com a carteira de habilitação suspensa por excesso de multas, o ex-deputado estaria a mais de 160 quilômetros por hora na hora da pancada.

A dúvida em torno do processo de Carli Filho era se ele ia responder por duplo homicídio sem a qualificadora (na qual a pena varia entre 6 e 12 anos de cadeia), ou com a qualificadora (que pode

dar até 30 anos de prisão se ele for condenado). O ex-deputado será defendido pelos advogados Gustavo Sancadelari e Roberto Brzezinski Neto.

### **Pancada**

O acidente ocorreu na noite de 7 de maio de 2009, na esquina das Ruas Monsenhor Ivo Zanlorenzi e Paulo Gorski, no Mossunguê. Peritos constataram na época que o Passat importado do ex-deputado trafegava entre 161 e 173 quilômetros por hora, quando decolou a quase um metro do chão, no topo de rua desta esquina, e bateu na traseira do Fit onde estavam as duas vítimas. A morte dos jovens foi instantânea.

Além da carteira de habilitação suspensa por diversas multas que levou, Carli Filho teria saído de um jantar onde tomou vinho e estaria dirigindo embriagado no momento do acidente.

30 JAN 2013

## TRIBUNA DO PARANÁ

### tribuninha

#### Barbosa cobra demissão de fichas sujas no Judiciário

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Joaquim Barbosa, decidiu cobrar de tribunais de todo o País que informem as providências adotadas para cumprir resolução do órgão que proibiu condenados de ocuparem cargos de confiança, comissionados e terceirizados no Judiciário. A norma veda os chamados fichas sujas na Justiça.

O prazo dado pelo CNJ para que os tribunais fizessem o recadastramento dos ocupantes dos cargos terminou na segunda-feira. As demissões deveriam ser feitas até o próximo dia 9. Mas 19 tribunais, entre os quais o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Superior Tribunal Militar (STM), não prestaram informações.

"Existe número expressivo de tribunais como o TSE e o STJ que ainda não informaram. Não dá para dizer que não começaram, mas não temos informações. Num universo de quase cem tribunais, são 96 em todo o País, é um número bem inexpressivo, por isso devemos continuar a cobrar", afirmou o conselheiro Bruno Dantas. "Alguns tribunais apontaram algumas dificuldades técnicas no recadastramento e o ministro Joaquim Barbosa concedeu prazos adicionais para alguns poucos tribunais", acrescentou.

De acordo com Bruno Dantas, se mesmo com o prazo adicional os tribunais não prestarem as informações, um procedimento poderá ser aberto para apurar quem são os responsáveis pela omissão.

30 JAN 2013

## FOLHA DE S. PAULO

# Sete décadas de dedicação à advocacia

SÉRGIO ROSENTHAL

O dia 30 de janeiro de 2013 tem um significado especial para a advocacia. Nesta data, a Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp) completa 70 anos de existência.

Fundada por um valoroso grupo de advogados, liderado por Walfredo Prado Guimarães, seu primeiro presidente, a Aasp dedica-se, desde 1943, a defender, com firmeza e independência, as prerrogativas de seus associados e da advocacia em geral, bem como a prestar serviços que facilitam sobremaneira o exercício da profissão.

Ao longo de sua história, a entidade foi presidida por expoentes e contou com a colaboração de destacados profissionais, dos mais variados ramos do direito, que, graciosamente, dedicaram seu tempo e talento à causa da advocacia.

Atualmente, com cerca de 92 mil associados espalhados por todos os Estados do país e o Distrito Federal, a Aasp é uma das maiores e mais respeitadas entidades de advogados do mundo e tornou-se sinônimo de excelência no meio jurídico.

Para celebrar essas sete décadas de conquistas e realizações, a associação promoverá neste ano o primeiro Festival Literário Internacional de São Paulo, que contará com a participação de renomados auto-

**Parece tentador limitar o uso do habeas corpus, mas os advogados devem, sempre, defender o exercício do direito à ampla defesa**

res brasileiros e estrangeiros, inaugurando, assim, mais um importante foco de difusão de cultura na cidade de São Paulo.

De outro lado, ciente de que um passado glorioso não a dispensa da tarefa de continuar a auxiliar os associados a superar as dificuldades trazidas pelas constantes evoluções tecnológicas, a entidade adotará uma série de medidas, com a finalidade de criar condições para que os advogados possam adaptar-se com tranquilidade e segurança ao chamado processo eletrônico.

Sua implantação definitiva no Fórum Cível Central de São Paulo (maior Fórum da América Latina), no que concerne às novas ações a ser distribuídas, se dará no próximo dia 1º de fevereiro. A associação oferecerá treinamento, assistência e apoio técnico a todos aqueles que ainda não se sentem confortáveis com essa nova forma de trabalhar.

Além disso, a Aasp continuará a combater, com veemência, iniciati-

vas que acredita serem prejudiciais não apenas à classe dos advogados, mas a todos os cidadãos, como a redução do horário de atendimento nos Fóruns do Estado ou a imposição de restrições ao exercício do direito à ampla defesa, como o entendimento recentemente adotado pelo Supremo Tribunal Federal de não admitir a impetração de pedidos de habeas corpus que tenham como objetivo substituir o recurso ordinário constitucional.

Pode parecer tentador, por exemplo, limitar o uso do “remédio heroico”, quando se tem em mente algum caso específico e de grande repercussão, em que um mero investigado é retratado como alguém que já foi julgado e condenado, mas é preciso lembrar que a regra vale para todos — e qualquer um pode se ver, eventualmente, submetido a um constrangimento ilegal.

Enfim, é esse o compromisso da Associação dos Advogados de São Paulo, ao celebrar seus 70 anos: continuar trabalhando, diuturnamente, em prol de seus associados, da advocacia em geral e, por conseguinte, de toda a sociedade.

SÉRGIO ROSENTHAL, 43, é presidente da Associação dos Advogados de São Paulo

# 30 JAN 2013

## FOLHA DE S. PAULO

### **Apenas 3 tribunais enviam dados sobre 'fichas sujas' ao CNJ**

Só três dos mais de 90 tribunais do país cumpriram integralmente determinações do Conselho Nacional de Justiça de prestar informações sobre a existência de servidores fichas sujas no Judiciário.

Isso motivou o presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, a enviar ofício às cortes de país cobrando o cumprimento das regras estabelecidas no ano passado e determinando, para alguns tribunais, novos prazos para que apresentem informações.

O CNJ havia determinado que os tribunais informassem até a última segunda a existência de servidores atingidos pela resolução. O prazo para que todos fossem demitidos é no dia 9 de fevereiro.

Segundo o conselheiro Bruno Dantas, 11 tribunais chegaram a mandar informações sobre servidores em cargos de confiança, mas alguns deles não apresentaram em relação aos terceirizados.

Os três que apresentaram informações completas foram os Tribunais Regionais do Trabalho do Amazonas e Rio Grande do Norte e o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, onde não havia funcionários atingido pela resolução.

30 JAN 2013

FOLHA DE S. PAULO  
PAINEL

### **Para as calendas**

A denúncia oferecida pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, contra Renan Calheiros (AL) não terá efeito prático capaz de impedir a eleição do peemedebista à presidência do Senado. A peça só será analisada pelo relator do caso no STF, Ricardo Lewandowski, após a abertura do ano judiciário, quando irá se juntar a outros 5.000 processos na mesa do ministro. Gurgel não pediu nenhuma medida cautelar, o que forçaria a corte a analisar a peça ainda durante o recesso.

30 JAN 2013

FOLHA DE S. PAULO

# Candidato à OAB pediu autorização para plantar soja em fazenda no PI

Estatuto da Ordem diz que escritórios não podem realizar 'atividades estranhas à advocacia'

**Existe conflito com a lei, segundo interpretações; Furtado Coêlho afirma que não pretendia fazer exploração comercial**

O candidato à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Marcus Vinicius Furtado Coêlho entrou com um pedido de desmatamento de uma fazenda no Piauí em nome do seu escritório, na qual ele declarou a finalidade de plantar soja.

Furtado Coêlho é o favorito nas eleições nacionais da OAB, que ocorrem amanhã. Ele disputa a presidência com Alberto de Paula Machado.

O pedido para plantar soja, segundo algumas interpretações, entra em conflito com a lei federal 8.906, de 1994, que criou o estatuto da OAB.

O artigo 17 desse estatuto diz que os escritórios não podem realizar "atividades estranhas à advocacia".

Eles podem até ser donos de fazenda, mas teriam de terceirizar as atividades agrícolas para não ferir a lei.

O objetivo é evitar que o acúmulo ilegal de funções e a captação irregular de clientes. Um exemplo: um advogado dono de imobiliária teria mais facilidade do que seus pares de ter clientes na área. O artigo tem também a intenção de evitar conflitos de interesses.

## PARA VALORIZAR

Furtado Coêlho confirma que fez o pedido para desmatar e plantar soja, mas diz que não violou a lei porque não tinha intenção de explorar a fazenda. Ele afirma que recebeu a área em pagamento por uma ação que visava retirar posseiros da área.

O pedido de desmatamento foi assinado pelo próprio advogado em 5 de janeiro de 2011 à Secretaria de Meio Ambiente do Piauí.

O pedido foi aceito, mas, segundo Furtado Coêlho, não houve o desmate. A ideia de obter a licença, afirma, visava valorizar a área. A fazenda fica no município de Baixa Grande do Ribeiro, a mais de 400 km de Teresina.

Coêlho também é acusado pelo agricultor Manoel Correa de Souza de ter tomado dele uma fazenda de cerca de 2.000 hectares nesse município, como consta de processo administrativo no Instituto de Terras do Piauí.

Correa de Souza relata que o escritório foi contratado para regularizar a área e, no fim do processo, ficou com a fazenda. Furtado Coêlho diz que nunca teve cliente com esse nome.

Na quinta-feira passada a **Folha** revelou que o candidato é réu num processo por improbidade. O advogado é acu-

sado de ter recebido R\$ 42,3 mil de uma prefeitura do Piauí sem ter prestados serviços —o que ele nega.

## Área agrícola pagou honorários, afirma advogado

O candidato à presidência da OAB Marcus Vinicius Furtado Coêlho afirmou que a área agrícola de 2.400 hectares no município de Baixa Grande do Ribeiro (PI) foi recebida "como pagamento de honorários advocatícios".

A oferta de bens imóveis não caracteriza irregularidade, afirmou o advogado: "Tanto é que o mesmo [terreno] consta da declaração de bens do escritório [Furtado Coêlho Consultoria e Processos] junto ao Fisco".

Para Coêlho, "terra não é objeto de exploração mercantil". Portanto, na sua opinião, não há qualquer constrangimento legal.

De acordo com ele, não está nos planos do escritório o desmatamento da área, apesar do pedido feito para o governo do Piauí. "Solicitei e foi deferida a licença ambiental da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí (Semar), procedimento corriqueiro para quem deseja que a propriedade seja considerada perfeitamente regular".



30 JAN 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### Barbosa cobra fim de fichas sujas em tribunais

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Joaquim Barbosa, decidiu cobrar de tribunais de todo o País que informem as providências adotadas para cumprir a resolução que proibiu pessoas condenadas de ocupar cargos de confiança, comissionados e terceirizados no Judiciário. A norma veda os chamados fichas sujas na Justiça.

O prazo dado aos tribunais para recadastramento dos ocupantes dos cargos terminou na segunda-feira. As demissões devem ocorrer até 9 de fevereiro – mas 19 tribunais, entre eles o Tribunal Superior Eleitoral e o Superior Tribunal Militar, nada haviam informado até ontem. Dos órgãos que fizeram o recadastramento, apenas o TJ de Roraima dispensou um servidor com condenação definitiva por improbidade administrativa.

“Existe um número expressivo de tribunais que ainda não informaram. Não dá para dizer que não começaram, mas não temos informações.

Num universo de quase cem tribunais – são 96 em todo o País –, é um número bem inexpressivo, e devemos continuar a cobrar”, afirmou o conselheiro Bruno Dantas. Os tribunais que não atenderem ao pedido podem sofrer um procedimento de apuração de responsabilidades.

# O ESTADO DE S. PAULO

## Gurgel confirma que enviará acusação contra Lula à 1ª instância

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, confirmou ontem que poderá remeter ainda nesta semana para o Ministério Público que atua na Justiça de primeira instância as acusações do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O **Estado** publicou reportagem no dia 9 último informando que Lula seria investigado em primeira instância, pois já perdera o foro privilegiado.

“Acredito que isso será feito nos próximos dias”, afirmou Gurgel ontem.

“Estou apenas concluindo a análise para que possa efetivamente verificar se não há qualquer pessoa com prerrogativa de foro envolvida e, em não havendo, como o ex-presidente já não detém essa prerrogativa de foro, a hipótese será de envio à Procuradoria da República em primeiro grau”, disse.

No Brasil, autoridades têm direito à prerrogativa de foro e somente podem ser denunciadas pelo procurador-geral e julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Em depoimento prestado em setembro do ano passado, revelado pelo **Estado**, Marcos Valério afirmou que Lula sabia do esquema do mensalão.

Na ocasião, o STF estava julgando os acusados de envolvimento com o esquema. Lula não estava entre os réus. Em dezembro, o tribunal concluiu o julgamento e condenou 25 pessoas, entre as quais Marcos Valério e o ex-ministro José Dirceu.

A remessa para a primeira instância do Ministério Público confirma informação publicada pelo **Estado** de que Gurgel decidiu, ainda em dezembro, enviar o caso para investigação. Como o próprio Gurgel identificou novidades no depoimento, uma investigação preliminar será aberta.

30 JAN 2013

30 JAN 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## Assentamento promete resistir a reintegração

Termina hoje, em Americana, prazo para 75 famílias deixarem área ocupada; grupo insiste em obter a desapropriação por interesse social

**Termina hoje o prazo dado pela Justiça para que as 75 famílias do assentamento Milton Santos, entre Americana e Cosmópolis (interior de São Paulo), deixem o local. A partir de agora, a reintegração de posse, que pode ser cumprida à força, pode acontecer a qualquer momento.**

As famílias que vivem no local, no entanto, estão determinadas a não deixar a área. Segundo um dos assentados, Paulo Albuquerque, cerca de 150 pessoas de outros movimentos estão no assentamento e prepararam um "acampamento de resistência".

O temor dos assentados é que haja um confronto com a polícia e que a reintegração de posse seja feita de forma violenta, semelhante ao que ocorreu no início de 2012 no Pinheirinho, em São José dos Campos (SP).

Na semana passada, a Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com um recurso para prorrogar o prazo de reintegração de posse, mas o pedido ainda aguarda análise do Tribunal Regional Federal da 3.<sup>a</sup> Região.

A solução apontada pelos assentados é a desapropriação por interesse social por parte do governo federal, o que precisa ser feita por decreto da presidente Dilma Rousseff.

Durante todo o mês, para tentar pressionar o governo federal a intervir, o grupo fechou rodovias, ocupou a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a secretaria da Presidência na capital paulista, e, na semana passada, invadiu a sede do Instituto Lula, também em São Paulo.

Após a ocupação, o presidente nacional do Incra, Carlos Guedes, reuniu-se na sexta-feira passada com os manifestantes e garantiu que "o governo iria fazer de tudo" para garantir a permanência dos assentados na área.

**Histórico.** Em 1976, a área onde fica o assentamento foi incorporado ao patrimônio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – até hoje o proprietário da terra no registro de imóveis. Em dezembro de 2005, o INSS cedeu ao Incra a posse do imóvel para a implantação do assentamento. Quando foi demarcar as terras, o órgão foi informado pela Usina Ester que ela tinha a posse do imóvel, em um contrato de arrendamento com o suposto proprietário, o Grupo Abdalla.

Sete anos depois, em fevereiro de 2012, o Tribunal Regional Federal da 3.<sup>a</sup> Região deu ganho de causa à usina, ao entender que o sítio, objeto de confisco pelo poder público, foi readquirido tempos depois pelo Grupo Abdalla.

A 2.<sup>a</sup> Vara Federal, em Piracicaba, ordenou então a desocupação do imóvel, em 9 de janeiro. O prazo final vence hoje e, caso a saída não seja feita de forma amigável, a Justiça autorizou o uso da Polícia Federal e das polícias estaduais para a desocupação.

**Tensão.** Por causa dessa situação, o clima no assentamento, segundo os moradores, é de tensão. O agricultor Joel Alves Santana, de 58 anos, perdeu 11 quilos e a calma de sergipano do agreste desde que tomou conhecimento do risco de despejo.

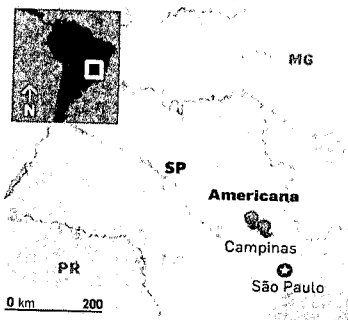
De camisa vermelha e boné do Movimento dos Sem-Terra (MST) na cabeça grisalha, seu Joel não esconde a preocupação e o desgosto enquanto narra o drama das famílias que vivem no assentamento. "A vida parou aqui no assentamento. Muitos suspenderam os investimentos nas plantações, eu ainda não preparei a terra para este ano", conta o agricultor.

Bem diferente dos acampamentos do MST ainda em fase de disputa e alvos de reintegração de posse, com barracos em madeira e lona, e quase nenhuma produção agrícola, o assentamento Milton Santos é uma terra homologada pelo Incra, desde 2005, e produtiva.

Com lotes que variam de 9 mil a 10 mil metros quadrados, o assentamento produz mandioca, batata doce, milho, banana e outras tantas culturas. Há também criação de cabritos, vacas, cavalos, galinhas.

### ONDE FICA

● Assentamento Minton Santos, uma fazenda de 103 hectares, onde vivem 75 famílias



**OAB PR**

**29/JAN/2013**

## **Seccional iniciará processo de formação de lista sêxtupla para o TJ-PR**

A Seccional enviou nesta sexta-feira (25) à Imprensa Oficial do Estado, edital de chamamento para processo de formação de lista sêxtupla para vaga de desembargador destinada à classe dos advogados no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR), decorrente da aposentadoria do desembargador Antônio da Cunha Ribas. O edital deve ser veiculado no Diário Oficial Comércio Indústria e Serviços do Estado do Paraná do próximo dia 1º de fevereiro. A partir do dia útil seguinte à publicação, fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para que se inicie o período de inscrições, que perdurará pelos 20 (vinte) dias subsequentes.

**OAB PR**

**29/JAN/2013**

## **Desembargador Edson Vidal vence a eleição como 2º membro efetivo do TER**

O desembargador Edson Vidal Pinto foi eleito para 2ª vaga de membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) durante sessão do Tribunal Pleno realizada na tarde da segunda-feira (28). Sete desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR) concorreram à vaga. Houve empate entre os desembargadores Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira, com 26 votos e Edson Luiz Vidal Pinto, com 27. A votação foi para segundo escrutínio, resultando na vitória do desembargador Edson Vidal com 56 votos contra 37 votos. Entre os candidatos estavam também os desembargadores Salvatore Antonio Astuti, Sônia Regina de Castro, Lidio José Rotoli de Macedo, Paulo Habith e Joeci Machado Camargo.

Com a eleição, Edson Vidal vai assumir os cargos de vice-presidente e corregedor regional eleitoral. A posse do desembargador será no TRE, na próxima sexta-feira (1/02) às 10h, no 5º andar, na sala de sessão do Tribunal, quando também será empossado o desembargador Rogério Coelho como presidente.